



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA**  
**CASA JUSTINIANO FERREIRA DOS SANTOS**

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER DO RELATOR**

**Projeto de Lei n.º 10/2025**

**Autoria: Poder Executivo Municipal**

**Ementa:** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do Plano Plurianual para o quadriênio 2026-2029 e dá outras providências.

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de apreciação do **Projeto de Lei nº 10/2025**, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do Plano Plurianual (PPA) do Município de [nome do município] para o quadriênio 2026 a 2029, em cumprimento ao que determina o artigo 165, § 1º, da Constituição Federal e à legislação local.

A matéria foi regularmente encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para análise quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídico e técnico-legislativo, conforme determina o Regimento Interno desta Casa Legislativa

É o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

Nos termos do artigo 165, § 1º, da Constituição Federal, o Plano Plurianual é o instrumento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para os programas de duração continuada.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA**  
**CASA JUSTINIANO FERREIRA DOS SANTOS**

A proposição sob exame se insere na competência do **Chefe do Poder Executivo**, que detém a iniciativa privativa para o encaminhamento de proposições que tratem de planejamento orçamentário, o que se encontra em consonância com o princípio da separação dos poderes e com o disposto na Lei Orgânica do Município.

Do ponto de vista **jurídico e técnico-legislativo**, o projeto observa as exigências da **Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000)**, da **Constituição Federal**, bem como os parâmetros estabelecidos na legislação municipal aplicável.

Não se identifica, no texto normativo proposto, qualquer vício de **inconstitucionalidade, ilegalidade ou antijuridicidade**, nem tampouco afronta a princípios gerais do direito ou a normas de ordem pública.

**III – VOTO DO RELATOR**

Diante de todo o exposto, **voto pela REGULAR TRAMITAÇÃO do Projeto de Lei nº 10/2025**, por entender que a proposição encontra-se revestida de regularidade formal e material, observando os princípios da legalidade, da iniciativa privativa e da boa técnica legislativa.

Sala da Comissão, em 30 de maio de 2025.

  
**DAMIÃO PEREIRA DE FARIAS**  
Relator



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA**  
**CASA JUSTINIANO FERREIRA DOS SANTOS**

**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR**


**Parecer da Comissão**

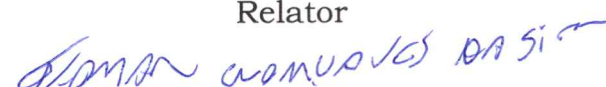
A **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, em sessão de 30 de maio de 2025, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Executivo n.º 10/2025.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores  
**RAFAEL XAVIER CEZAR DA NOBREGA** – Presidente  
**DAMIÃO PEREIRA DE FARIAS** – Relator  
**TEOMAR GONÇALVES DA SILVA** – Membro

Sala das Sessões em, 30 de maio de 2025.

  
**RAFAEL XAVIER CEZAR DA NOBREGA**  
Presidente da Comissão

  
**DAMIÃO PEREIRA DE FARIAS**  
Relator

  
**TEOMAR GONÇALVES DA SILVA**  
Membro

